



Prefeitura Municipal de Taubaté – Justiça Eleitoral de Estado de São Paulo Estado do São Paulo Juizo da 407 %. E. - Taubaté

> CONVÊNIO COOPERAÇÃO DE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO JUÍZO DA 407ª ZONA ELEITORAL -TAUBATÉ

O MUNICÍPIO de Taubaté, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 45.176.005/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Juiz de Direito Titular da 407ª Zona Eleitoral, localizada na Av. John Fitzgerald Kennedy, 1230 - Jardim das Nações, doravante denominada simplesmente JUSTIÇA ELEITORAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO.

1.1. O presente Convênio de Cooperação tem por objeto a manutenção do 407º Cartório Eleitoral no Município de Taubaté, compreendendo a disponibilização/locação e a manutenção do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores, pelo MUNICÍPIO em favor da JUSTIÇA ELEITORAL, observado o Plano de Trabalho anexo e a disponibilidade municipal.

Cláusula Segunda – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO,





Prefeitura Municipal de Taubaté — Justiça Eleiteral de Estado de São Paulo Estado de São Paulo — Juizo da 407 %. E. - Taubaté

2.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- 2.1.1. Disponibilizar ou locar imóvel para instalação do Cartório Eleitoral, com condições de acessibilidade, responsabilizando-se pelas obras e reparos que se fizerem necessários para o seu pleno funcionamento;
- 2.1.1.1. Responsabilizar-se pela regularidade da edificação, inclusive quando imóvel de terceiro, por meio da obtenção do Habite-se, do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)/Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB), cuja renovação deve ser providenciada sempre antes de expirar a validade, bem como qualquer outro documento que se fizer necessário.
- 2.1.2. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, aluguéis e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do Cartório Eleitoral no imóvel disponibilizado ou locado;
- 2.1.3. Prestar serviços de limpeza do imóvel disponibilizado ou locado, em periodicidade a ser definida segundo a estrita necessidade do Cartório;
- 2.1.4. Atender às requisições de servidores municipais feitas pela JUSTIÇA ELEITORAL, de acordo com os ditames da Lei, n. 6.999, de 7 de junho de 1982, para a realização dos trabalhos afetos às atividades do Cartório Eleitoral;
- 2.2. Sempre que novos Cartórios Eleitorais forem criados, o MUNICÍPIO disponibilizará ou locará o(s) imóvel(is) que se fizer(em) necessário(s), sem qualquer ônus para a JUSTIÇA ELEITORAL, responsabilizando-se, do mesmo modo, pelas obras e reparos que se fizerem necessárias para o seu pleno funcionamento.
- 2.3. Em caso de interesse da JUSTIÇA ELEITORAL na recepção de estagiário(s) contratado(s) pelo MUNICÍPIO, deverá ser formalizado convênio específico, de acordo com a legislação pertinente, obedecidas as orientações do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.





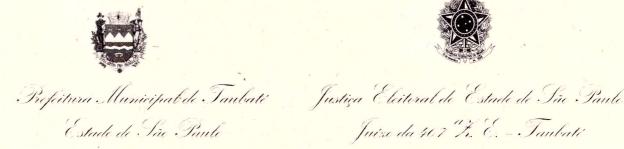
Prefeitura Municipal de Taubaté Justiça Eleitoral de Estado de São Paulo Estado de São Paulo Juizo da 407 Fr. E. - Taubaté

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL.

- 3.1. São obrigações da JUSTIÇA ELEITORAL:
- 3.1.1. Utilizar o imóvel disponibilizado ou locado para o funcionamento do Cartório Eleitoral a que se destina, mantendo-o em boas condições de uso, a fim de restituí-lo no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações naturais do uso regular do imóvel;
- 3.1.2. Informar ao MUNICÍPIO, assim que possível, quaisquer ocorrências relativas ao imóvel disponibilizado ou locado, para as providências que forem cabíveis;
- 3.1.3. Efetuar o pagamento das contas de água e de energia elétrica, desde que haja medidor individualizado no imóvel disponibilizado ou locado, bem como de telefone em relação à(s) linha(s) habilitada(s) diretamente pela JUSTIÇA ELEITORAL para uso exclusivo do Cartório Eleitoral;
- 3.1.4. Fornecer, para o funcionamento do Cartório Eleitoral, móveis, materiais de expediente, de higiene, de limpeza e de copa/cozinha, equipamentos de informática e linha de comunicação de dados;
- 3.1.5. Prestar prontamente todos os esclarecimentos, bem como fornecer dados solicitados pelo MUNICÍPIO para o fiel cumprimento das condições pactuadas;
- **3.1.6.** Formalizar todas as solicitações dirigidas ao MUNICÍPIO.

Cláusula Quarta - DOS RECURSOS FINANCEIROS.

4.1. Este convênio não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, devendo as despesas inerentes às obrigações ora estabelecidas ser custeadas pelas respectivas partes, por conta das dotações orçamentárias próprias.





Cláusula Quinta - DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

- 5.1. O presente convênio terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, após o qual poderá ser celebrado novo convênio, desde que não modificado o objeto.
- 5.2. Fica regularizada, por meio deste instrumento, a cessão do imóvel, as requisições de servidores, a manutenção e segurança do imóvel objeto deste convênio, no período compreendido de 11/08/2015 até a assinatura deste Termo, para todos os efeitos do objeto deste convênio.

Cláusula Sexta - DA DENÚNCIA.

6.1. Este convênio poderá ser denunciado pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, respeitando-se, em quaisquer casos, o prazo necessário para o cumprimento de atividades inadiáveis.

Cláusula Sétima – DA PUBLICAÇÃO.

7.1. O presente convênio será publicado pela JUSTIÇA ELEITORAL no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e pelo MUNICÍPIO no Jornal Voz do Vale.

Cláusula Oitava - DO FORO.

8.1. As questões oriundas deste convênio deverão ser resolvidas, preliminarmente, em comum acordo entre as partes. Em não sendo possível, fica eleito para dirimir tais questões o foro da Justiça Federal, da Seção Judiciária da cidade de Taubaté, neste Estado, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





Prefeitura Municipal de Taubaté - Justiça Éleitoral de Estado de São Paulo Estado de São Paulo Juizo da 407 %. E. - Tambate

Cláusula Nona - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

9.1. Os entendimentos para a consecução do presente convênio far-se-ão por intermédio do MM. Juiz Titular da respectiva Zona Eleitoral, podendo ser modificado por termo aditivo.

E, por estarem as partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, na presença de 2 (duas) testemunhas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhada 1 (uma) cópia do instrumento assinado à Secretaria de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Taubaté, em 17 de junho de 2019

JOSÉ BERNARDO ORTIZ JUNIOR

Prefeito de Taubaté

ÉRICO DI PROSPERO GENTIL LEITE

Juiz Eleitoral

407ª Zona Eleitoral – Taubaté/SP

Testemunhas:

Assinatura

Nome: R.G.:

layme Rodrigues de Faria Neto Procurador Geral do Município

OAB/SP: 304.100

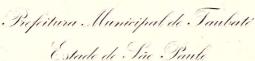
Nome:

R.G.:

ANA FLÁVIA ARMANI Chefe da 407º Zona Eleitoral

Assinatura







Prefeitura Municipal de Taubaté - Justiça Eleitural de Estade de São Paulo Estado de São Paulo - Juízo da 407 %. E. - Taubaté

ANEXO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 17 de junho de 2019 (PLANO DE TRABALHO)

1. <u>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</u>

Objeto: Convênio de Cooperação com o propósito de instalação de Cartório Eleitoral no Município de Taubaté, compreendendo a disponibilização/locação e a manutenção do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores, pelo Município em favor da Justiça Eleitoral.

Partícipes: Município de Taubaté e Juízo da 407ª Zona Eleitoral.

Processo Administrativo n. 38.830 10

Período de execução: prazo de vigência do convênio de cooperação.

2. JUSTIFICATIVA

Em razão da inexistência de disponibilidade orçamentária, bem como de reduzida estrutura administrativa, para a Justiça Eleitoral prover o custeio integral dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado de São Paulo, são celebrados convênios de cooperação para formalizar a disponibilização e a manutenção, por parte dos Municípios, dos imóveis que sediam as Unidades Eleitorais, conforme obrigações contidas nos respectivos termos.





Prefeitura Municipal de Taubaté — Justiça Éleitoral de Estado de São Paulo Estado de São Paulo - Juizo da 407 Z. E. - Taubaté

3. EXECUÇÃO DO OBJETO PELO MUNICÍPIO

Obrigação	Especificação
1) Disponibilização/locação de imóvel para	Imóvel com condições de acessibilidade.
o funcionamento do Cartório Eleitoral.	
2) Manutenção do imóvel disponibilizado ou	Realização das obras e reparos que se
locado.	fizerem necessários.
3) Pagamento de despesas e encargos	Pagamento de impostos, taxas, aluguéis é
decorrentes do imóvel.	demais despesas decorrentes da instalação
	e permanência do Cartório Eleitoral no
	imóvel disponibilizado ou locado.
4) Prestação de serviços de limpeza	[indicar periodicidade conforme a necessidade do
	Cartório Eleitoral]
5) Requisição de servidores *	Observados os termos da Lei n.
	6.999/1982.

Início da vigência: A partir da data de celebração do convênio de cooperação, retroagindo, no que couber à 11/08/2015, nos termos da Cláusula Quinta, item 5.2.

Término: Enquanto vigorar o convênio de cooperação.

Os Exmos. Srs. Prefeito do Município de Taubaté e Juiz de Direito Titular da 407ª Zona Eleitoral aprovam o presente Plano de Trabalho, conforme dispõe o artigo 116, § 1°, da Lei n. 8.666/1993.

Taubaté, em 17 de junho de 2019.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ JUNIOR

Prefeito de Taubaté

ÉRICO DI PROSPERO GENTIL LEITE

Juiz Eleitoral

407ª Zona Eleitoral – Taubaté/SP

